

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM PESQUISA EDUCACIONAL – TURMA IV**

**EDUCAÇÃO E POLÍTICA BRASILEIRA NO PÓS 1990: UMA ANÁLISE
DO CONCEITO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NA PERSPECTIVA DA
CEPAL**

BRUNA DE SOUZA SANTOS

**MARINGÁ
2013**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM PESQUISA EDUCACIONAL – TURMA IV

**EDUCAÇÃO E POLÍTICA BRASILEIRA NO PÓS 1990: UMA ANÁLISE
DO CONCEITO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NA PERSPECTIVA DA
CEPAL**

BRUNA DE SOUZA SANTOS

MARINGÁ
2013

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM PESQUISA EDUCACIONAL – TURMA IV**

**EDUCAÇÃO E POLÍTICA BRASILEIRA NO PÓS 1990: UMA ANÁLISE DO
CONCEITO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NA PERSPECTIVA DA CEPAL**

Monografia apresentada por Bruna de Souza Santos, ao Departamento de Fundamentos da Educação, da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Especialista em Pesquisa Educacional.

Orientadora: Profa. Me. Vanessa Alves Bertolleti (UFMS)

MARINGÁ
2013

BRUNA DE SOUZA SANTOS

**EDUCAÇÃO E POLÍTICA BRASILEIRA NO PÓS 1990: UMA ANÁLISE DO
CONCEITO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NA PERSPECTIVA DA CEPAL**

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Me. Vanessa Alves Bertolleti (Orientadora) – UFMS

Prof. Me. Marcos Pereira Coelho- UEM

Prof^a. Me. Suzana Pinguello Morgado- UEM

04/07/2013
Data de Aprovação

Dedico este trabalho a Deus por ter me ajudado a concluir mais esta jornada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que me deu força para enfrentar todos os obstáculos até este momento especial de conclusão de curso.

Aos meus pais, Ademar e Geni que acreditaram e vibraram com cada conquista minha, abdicando de seus sonhos para me ver formada.

A minha irmã, Waleska que esteve presente me apoiando em todos os momentos.

A minha orientadora em especial, Me. Vanessa Alves Bertolleti, pela imensa e incomparável dedicação visando à concretização deste trabalho, sempre confiando e apoiando.

Ao meu namorado, Eduardo que se manteve companheiro em todos os momentos, “na alegria e na tristeza, nas conquistas e nas derrotas”, me apoiando e encorajando para a vitória.

A todos os professores, amigos e familiares que contribuíram direta ou indiretamente, fazendo parte da minha formação.

Antecipo meus agradecimentos à banca examinadora pela disponibilidade e contribuições.

Ninguém ignora tudo. Ninguém sabe tudo. Todos nós sabemos alguma coisa. Todos nós ignoramos alguma coisa. Por isso aprendemos sempre. (Paulo Freire).

SANTOS, Bruna De Souza. **EDUCAÇÃO E POLÍTICA BRASILEIRA NO PÓS 1990: UMA ANÁLISE DO CONCEITO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NA PERSPECTIVA DA CEPAL.** 40 f . Monografia (Especialização em Pesquisa Educacional – Turma IV) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Vanessa Bertolleti. Maringá, 2013.

RESUMO

Esta pesquisa traz como tema a análise do documento da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), a fim de compreender o conceito de gestão democrática e sua implicação na educação no pós década de 1990. Como objetivo geral, buscou-se refletir sobre a contribuição da gestão democrática para a educação brasileira no período de 1990 e, como objetivos específicos, avaliar a legislação brasileira perante a Gestão democrática e analisar o documento da Cepal com abordagens voltadas para a gestão democrática no âmbito educacional. O interesse em estudar esta temática se justifica na possibilidade de ampliar e aprofundar estudos sobre gestão educacional e políticas públicas. A relevância deste trabalho concretiza-se na ampliação positiva que as políticas públicas e a legislação brasileira interferem no desenvolvimento do trabalho educacional brasileiro. Sendo uma pesquisa documental, buscou-se discutir e confrontar as ideias expostas no documento Educação e Conhecimento: Eixo de Transformação produtiva com Equidade viabilizando abordar a temática Gestão. Como resultado, pode-se observar que a agência internacional CEPAL está associada a um governo neoliberal que defende a descentralização do Estado. Verificou-se ainda que a proposta da CEPAL para o modo de gerir a educação utilizando-se por meio de uma gestão democrática valoriza a competitividade entre os indivíduos. Diante disso, acredita-se que ainda há muito que se investigar em relação à promoção da gestão democrática para educação brasileira.

Palavras-chave: Educação; Gestão democrática; Comissão Econômica para América Latina e Caribe.

SANTOS, Bruna De Souza. **EDUCATION AND POLICY IN BRAZIL AFTER 1990: AN ANALYSIS OF THE CONCEPT OF DEMOCRATIC MANAGEMENT IN PERSPECTIVE ECLAC**. 40 f. Monograph (Specialization in Educational Research - Class IV) – Universidade Estadual de Maringá. Supervisor: Vanessa Alves Bertolleti. Maringá, 2013.

ABSTRACT

This research brings as subject the analysis of the document of Economic Commission for Latin America and Caribbean (CEPAL), in order to comprehend the concept of democratic management as well as its implication upon Education post-1990s. As main purpose it was aimed to reflect about democratic management's contribution for Brazilian education in the 1990s and, as specific purposes, evaluate Brazilian legislation according to the democratic management and evaluate CEPAL's document with approaches aimed to the democratic management in an educational context. The interest in studying this subject is justified by the possibility to enlarge and deepen the studies about democratic management and public politics. The relevance of this work is built by the comprehension of the term "democratic management" and the way that public politics and brazilian legislation interfere on the development of the educational work. As a theoretical research, it was aimed to discuss and confront the ideas of researchers who approach the subject "management".As results, it was possible observe that the international agency (CEPAL) is associated with a neoliberal government which defends the state's decentralization. It was still verified that the CEPAL's proposal for the manner that education should be managed, utilizing a democratic management, ends up by valuing the competitiveness between individuals. Given this, it's believed that there's still a lot to investigate about the promotion of the democratic managements for brazilian education.

Keywords: Education, Democratic management, Economic Commission for Latin America and Caribbean.

SUMÁRIO

1- INTRODUÇÃO.....	11
2- CONTEXTO PÓS A DÉCADA DE 1990	13
2.1 – Agências Internacionais	18
2.2 - Gestão Democrática	19
3 - A ORGANIZAÇÃO DA CEPAL.....	24
3.1 - A proposta da CEPAL para a educação	26
3.2 - O que é posto para educação como formas de gestão de acordo com o documento da CEPAL.....	27
3.3 - Diretrizes para a educação segundo a CEPAL.....	28
4 - MODELO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ORIENTAÇÃO DA CEPAL ..	31
4.1 - Mobilização interna imprescindível, indelegável, inadiável	33
4.2 - Competitividade e igualdade num contexto de conversação ambiental	33
4.3 - Readequação do estado.....	34
4.4 - Apoio externo a transformação produtiva com equidade.....	35
4.5 - O que é equidade de acordo com a CEPAL	35
5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
REFERÊNCIAS.....	39

1- INTRODUÇÃO

As discussões acerca das políticas voltadas para o campo educacional nacional sempre estiveram presentes em debates educacionais brasileiros, contudo ganhou grande evidência a partir da década de 1990. O modo como a escola é gerida vem sendo alvo de debates nos últimos anos, apoiando-se no discurso de que as instituições escolares devem ser geridas por uma gestão democrática, tendo como princípio o direito de educação para todos. Para que alcance tal finalidade, a escola como instituição do saber, deve também rever sua organização interna para acompanhar e preparar os jovens para esse mercado de trabalho.

Tendo como cenário para a análise um contexto de transformações econômicas, políticas, culturas e sociais, de predominante influência neoliberal, esta pesquisa busca analisar, no contexto pós 1990, o conceito de gestão democrática. Para isso, foca-se como fonte principal da investigação o documento *Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade*, dirigido pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL). O objetivo consiste em investigar as considerações a respeito do processo de descentralização, promovidos pelo Estado, na presença do ideário neoliberal, bem como sua influência para a promoção da educação brasileira.

Para tanto, o referencial teórico pautou-se em uma análise histórica do contexto da década de 1990 do século XX. Consistindo em uma pesquisa documental, propõe-se a discutir e confrontar as ideias de pesquisadores que abordam a temática Gestão. O estudo emprega como procedimento metodológico a revisão bibliográfica referente ao contexto investigado, bem como a análise documental do documento produzido pela CEPAL e intitulado *Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade*.

Para o desenvolvimento deste estudo, primeiramente o estudo terá como foco, o contexto político do Brasil após o período de 1990. Em seguida apresentar-se-á, as agências internacionais e sua inserção no cenário brasileiro, com foco principal para a temática em questão, neste caso, a gestão democrática. Portanto, para que entendamos as propostas das organizações internacionais e possamos averiguar a contribuição da mesma para a

educação, posteriormente será realizada uma análise minuciosa do documento produzido pela CEPAL no ano de 1995, o qual tem como base a descentralização do Estado no governo neoliberal.

2- CONTEXTO PÓS A DÉCADA DE 1990

A década de 1990 foi marcada por transformações sociais, políticas e econômicas. Neste contexto o governo ganha evidência com o sistema capitalista no Brasil, a qual vinha sendo por décadas consolidado no país. Sistema este que leva a um gerenciamento político neoliberal¹ o qual defende a não participação do Estado na economia, acreditando que deve haver total liberdade de comércio, pois desta forma garante o crescimento econômico e o desenvolvimento de um país. O governo criou ainda o Plano real² (1994) visando crescimento e estabilidade financeira.

Ruckstadter e Toledo (2011) referenciam que devido ao sistema capitalista, a educação reestruturou os princípios educacionais, a fim de se adequar a este modo civil, balizam ainda que foi a partir dos anos 1990 que os organismos multilaterais financiadores de projetos na área de educação, ganharam destaque e poder em especial na América Latina. No Brasil o governo neoliberal, é uma política econômica que valoriza a criação do Estado mínimo, teve seu início no ano de 1990 em que Fernando Collor de Mello governava o país, se manteve no governo de Itamar Franco e permaneceu no governo de Fernando Henrique Cardoso, ficando explícito que as políticas neoliberais ao que diz respeito no Brasil, influenciaram a educação, em especial, a partir dos anos de 1990.

Torna-se relevante abalizar que na transformação da sociedade militar para a sociedade civil, a estrutura organizacional do país sofreu alterações, foi marcada por um contexto de luta de educadores a década de 1980. Em especial, as mudanças foram sentidas também na educação brasileira. A sociedade exigia novas leis que favorecessem a este novo governo que vinha

¹ O neoliberalismo se implementa, a partir de 1970 logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é O Caminho da Servidão, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciadas como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política. (ANDERSON, 1996).

² Foi um programa brasileiro implantado no Governo do Presidente Fernando Collor de Mello que visou à estabilização econômica. Este plano promoveu o fim da inflação elevada no Brasil.

se consolidando no país. Um exemplo foi à implantação de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no ano de 1996.

O documento orientador do direito à educação foi reconhecido no ano de 1990, na cidade de Jomtien, na Tailândia, ocorreu uma Conferência Mundial a qual visou discutir uma educação direcionada a todos e um Plano de Ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Reconhece neste momento a educação como direito a todos, enaltecendo o dinamismo e a diversidade de tais necessidades para as crianças, jovens e adultos.

No período da conferência de Jomtien verificamos que “[...] Ao mesmo tempo, estratégias internacionais eram concebidas para se estabelecer um tipo de educação capaz de moldar crianças e jovens que se tornariam os adultos de uma nova era” (RIZZO, 2010, p. 55).

Neste sentido a UNESCO³ se reuniu para elaboração de documentos visando à promoção da educação, nos documentos realizados destacamos um, o Relatório Delors⁴. O relatório, conforme Rizzo (2010, p. 56) concentra em si as bases da ideologia de um projeto educativo que visa formar certo tipo de humano adequado ao século XXI. Este Relatório apresenta o embasamento específico em quatro pilares do conhecimento, aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver junto e aprender a ser.

O modelo de educação pretendido no Relatório Delors, incentiva a formação de um cidadão que é sujeito reflexivo, sendo o ponto essencial para o desenvolvimento sustentável, para a construção da equidade e, assim para a manutenção da paz. A educação para o século XXI seria aquela que impõe uma nova compreensão do ser humano. A ideia que o Relatório Delors traz é de que todos podem aprender, e se adaptar a situação contemporânea. Esta adaptação seria fundamental para que se possa construir o novo planeta pretendido de acordo com Delors (2011).

³ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

⁴ Documento produzido sob a direção de Jacques Delors entre os anos de 1993 a 1996. É considerado um documento emblemático pelo fato de pretender tornar-se um marco diretivo para todo um século, concentrando em si as bases da ideologia de um projeto educativo que visa formar certo tipo de ser humano adequado ao século XXI.

De acordo com Delors (2011) o sujeito é agente único de sua vida, que é por meio de seu esforço e de suas escolhas que será recompensado na sociedade a qual está inserido. O relatório desconsidera condições precárias a qual o sujeito possa encontrar ao longo de sua vida, deste modo o documento reforça a ideia que, a luta pela paz quem deve buscar é o indivíduo. A sociedade não deve estabelecer condições favoráveis para que isto aconteça, ou seja, é responsabilidade do próprio sujeito o seu fracasso ou de seu sucesso.

Segundo Rizzo (2010), a educação postulada no Relatório Delors deveria ser estimuladora e criadora de condições fazendo com que as pessoas consigam adaptar suas vidas à era globalizada. A educação pretendida para o século XXI, segundo o Relatório Delors deveria apresentar alguns pontos como um planeta cada vez mais povoado, uma comunicação universal, mundos multirricos. Rizzo (2010, p.71) referencia “[...] estas características apresentam o aumento da população mundial onde os mais ricos estão cada vez mais distantes dos muitos pobres”.

Guiado por um sistema econômico neoliberal, em que vigora a competitividade do mercado, a concepção de sociedade é pautada por uma sociedade marcada pelas desigualdades sociais. O mundo do trabalho se mostra implacável e exigente, devido às necessidades urgentes provocadas pelo próprio homem.

De acordo com Garcia (2010), noções de cidadania em documentos oficiais de caráter global, pouco se referem a termos como coesão e solidariedade social. O bem comum, a construção da identidade nacional, o compromisso com projetos sociais coletivos com a nação e a classe social, a preocupação com a ordem e a segurança territorial e ideológica são aspectos pouco enfatizados na ordem do discurso das políticas educacionais de nossos tempos.

É notável nos discursos presentes em documentos oficiais, a falta da verdadeira intenção, que é acelerar o desenvolvimento econômico do país. A educação para estes governantes se torna apenas dados que deve ser obtido a qualquer custo, o foco é a quantidade não a qualidade. Estão preocupados com o lucro, na conquista de capital e não no desenvolvimento social do país.

Garcia (2010) ressalta ainda que em documentos oficiais podemos encontrar belos discursos como exemplo construir uma sociedade livre e justa, erradicar a pobreza e 'promover o bem para todos'. Porém conforme a autora são discursos contraditórios quando comparados as políticas que vem sendo implementadas no país.

Saviani (2010) adverte que

O trabalho didático na fase da globalização neoliberal passa a assumir em seu discurso o fracasso da escola pública, justificando-se sua decadência como algo inerente à incapacidade do Estado de gerir o bem comum. Advoga, no âmbito da educação, a primazia da iniciativa privada regida pelas leis de mercado (SAVIANI, 2010, p. 12).

Ruckstadter e Toledo contribuem dizendo

De maneira geral, as discussões acerca da educação têm sido frequentemente atreladas à formação de mão-de-obra como forma de se abastecer o mercado de trabalho e dar condições aos escolares de competir bem formados nesse mercado; não só na educação escolar, como também nos projetos de formação e reciclagem de massa trabalhadora, tais como programas do cidadão solidário, programas de voluntariado, etc. Essas discussões sugerem que caberia a escola, tendo o professor como mediador, dar competências e habilitar os indivíduos para as técnicas, os mecanismos sociais e ideológicos cobrados pelo trabalho na sociedade capitalista. Não raro deparamo-nos com discursos, massivamente veiculados pela mídia, que criticam a escola, seu atraso de conteúdo, seu distanciamento das habilidades necessárias (flexibilidade, habilidade múltiplas, dinamismo, conhecimentos generalizados) para o mundo em desenvolvimento, despejando a culpa pelo insucesso escolar sobre a classe de professorados, sugerindo sempre a necessidade de sua reciclagem e formação como formas de se melhorar o nível da educação pública. (RUCKSTADTER E TOLEDO 2011, p. 18).

Ruckstadter e Toledo (2011, p.18) ainda afirmam que,

Essa ideia acabou gerando uma suposição que gostaríamos de questionar, a saber: primeiro de que o caos em que se encontra o ensino público na América Latina, de forma geral, e culpa de indivíduos - especialmente professores e alunos - que, no primeiro caso são incompetentes para administrar o seu trabalho na transmissão dos saberes necessários ao êxito do processo de escolarização; no segundo caso - o dos alunos- que são inábeis e sem vocação, que não possuem talento individual para

galgarem os níveis mais altos do conhecimento e habilidades oferecidas pela escola para sua formação, de modo que acabam por reproduzir pena sociedade o insucesso como fruto de sua incompetência traduzido em baixos níveis de conhecimento e inabilidade para inserção no mercado de trabalho.

Libâneo (2001) sugere que a atividade coletiva depende dos objetivos comuns por meio das ações coordenadas dos agentes do processo. Compreende-se então que a atividade coletiva depende da cooperação e da participação ativa de todos os membros envolvidos na sociedade, inclusive do Estado.

Observa-se que o Estado deve assumir sua responsabilidade perante a educação e a sociedade, o homem também tem seus deveres a serem cumpridos. Sendo assim, referenciamos Mazzota (2003) a qual defende que a procura pela liberdade do homem, pela igualdade de direitos e de oportunidades, no espaço social, fortalece a construção de sua identidade tanto pessoal como social. O mesmo acredita que a política educacional tem como princípio a democracia social que é compreendida como a igualdade de oportunidade, portanto o homem deve assumir seu papel na sociedade moderna em que está inserido e lutar pelos seus direito deixando de ser elemento neutro da história da sociedade brasileira.

Paro (2001) reforça que a participação é a ferramenta essencial apresentando a competência de garantir que a gestão democrática se concretize na sociedade moderna da atualidade. Deste modo é válido afirmar que é dever de todos, participar ativamente do contexto escolar. Abrangendo os grupos que fazem parte da comunidade, dos pais, dos alunos, dos professores e ainda todos que fazem parte do entorno escolar. Contribuindo assim para o bem da sociedade e garantindo uma gestão de fato democrática.

É possível afirmar que a escola é a instituição do saber e deve preparar os jovens para atuarem na sociedade, buscando sempre o aspecto de humanização na formação de valores humanos perante a educação brasileira. A partir das questões abordadas é necessário apresentarmos o que são as agências internacionais, a qual faz parte da educação por serem financiadoras da educação, destinando recursos a programas para a educação.

2.1 – Agências Internacionais

A discussão a respeito das agências internacionais que se relacionam com educação passa a ser centro de interesses no Brasil, em especial no fim da década de 1980. Acreditava-se nesta época, que se o país poderia representar interesses políticos do Brasil perante a comunidade internacional, por meio de acordo com as organizações internacionais.

Alianças são formadas juntamente com as agências internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI)⁵, Banco Mundial (BM)⁶, Organização das Nações Unidas para a Educação, e Ciência e a Cultura (UNESCO) e CEPAL, com o intuito de alcançar o objetivo fundamental, melhorar a qualidade da educação brasileira. Segundo Garcia (2010), esses organismos tem sido importantes na promoção da educação por meio de reformas e metas educacionais direcionadas a países em desenvolvimento como o Brasil.

Garcia (2010, p. 449) afirma ainda,

Esses organismos mobilizam um conjunto de experts, centros estatísticos, bancos de dados, seminários mundiais e regionais, documentos, programas de metas regionais, revistas etc., que, de modo refletido, fazem uma representação da realidade educacional desses países e o alinhamento de diretrizes e metas que efetivamente vêm direcionando as políticas educacionais de cada país, entre eles o Brasil.

As agências internacionais já estavam presentes no Brasil desde as décadas de 1960 e 1970 com acordos bilaterais MEC/USAID⁷, porém passaram a atuar efetivamente no Brasil, no início da década de 1990, com o objetivo de financiar a educação, e orientar o país ao que diz respeito a gerir a educação brasileira. Para Silva (2011), a gestão do sistema educacional fica

⁵ Fundo Monetário Internacional consiste em uma organização internacional que visa garantir estabilidade do sistema monetário e um bom funcionamento financeiro.

⁶ O Grupo Banco Mundial, uma agência especializada independente do Sistema das Nações Unidas, é a maior fonte global de assistência para o desenvolvimento, proporcionando cerca de US\$ 60 bilhões anuais em empréstimos e doações aos 187 países-membros.

⁷ Acordo firmado entre o Brasil e os Estados Unidos, o qual se firmou o financiamento em projetos em diversos setores, inclusive na educação brasileira. Este acordo se efetivou ao longo das décadas de 60 e 70 do século XX.

ligada ao financiamento da educação, deste modo reafirma a ideia de que as agências internacionais gerem a educação brasileira a partir da década de 1990.

Sabe-se que ocorreram acordos internacionais que propõem à parceria de agências internacionais como a Cepal, com países da América Latina em específico o Brasil. Acordos que articulam a respeito do financiamento de capital, que os organismos internacionais destinam à educação brasileira. O papel destas instituições é de cooperar com países em desenvolvimento como o Brasil.

Elas fiscalizam os serviços destinados à educação por meio de sugestões que buscam alcançar produtividade, competitividade e qualidade na educação. As ações realizadas por meio destas agências priorizam que suas sugestões sejam adotadas para que possa ocorrer a difusão do progresso por meio da competitividade. Desta forma, é possível compreender que o Brasil encontra-se em dependência dos organismos internacionais.

Desta forma, acredita-se que as agências internacionais possuem o poder de ditar e formular leis e documentos, a qual direciona a educação. Vale ressaltar que suas sempre são voltadas para a economia do país. Percebe-se que as orientações priorizam a economia, valoriza a quantidade e deixa para segundo plano a qualidade. A educação como formadora de valores humanos necessita-se apresentar como elemento primordial, a qualidade de ensino como sendo a primeira responsabilidade social perante a sociedade.

2.2 - Gestão Democrática

A definição de Gestão Democrática passa a ser referenciada no Brasil em meados da década de 1980 e consolidou-se na década de 1990 em presença de uma nova sociedade que estava sendo incorporada ao país. Sociedade esta que, estava saindo de um regime de governo militar ⁸, regido

⁸ Foi um período da política brasileira que o país era governado por militares. É caracterizado por uma Concepção autoritária, burocrática e centralizadora de governar o Estado. No regime militar houve suspensão dos direitos civis, censura, perseguição política e repressão a qualquer ato que fosse contra o regime militar.

pelo autoritarismo e iniciando um regime de governo civil regido pela participação e democratização.

Carvalho (2008a) acredita que a consolidação deste novo termo estaria vinculada à superação da gestão. Visto que a administração democrática está pautada na abertura de espaço para a descentralização. Deste modo, o sentido de democracia é dissimulado, pois os problemas educacionais passam a serem vistos como gerenciais e técnicos. Carvalho (2008a, p. 3) salienta ainda que por meio da gestão democrática espera-se “[...] obter vantagens competitivas, aumento da produtividade, redução de custos, tomadas de decisões adequadas sociedade dinâmica e heterogênea a qual vem se constituindo [...]”

A discussão do tema gestão democrática não iniciou exatamente nas décadas de 80 e 90 no século XX. Segundo Vieira (2007), pesquisadores como exemplo Anísio Teixeira⁹, já vinha discutindo sobre a política e a gestão da educação¹⁰. As mudanças no termo das palavras referem-se à busca pela incorporação da modernidade a qual traz consigo, ainda que sejam rótulos para as coisas que sempre foram feitas no campo de atuação humana.

Vieira (2007) esclarece que a gestão democrática da educação está associada ao estabelecimento de mecanismos institucionais e à organização de ações que desencadeiam processos de participação social. Como exemplo observa-se a formulação de políticas educacionais, na determinação de objetivos e fins da educação e no planejamento. Desta forma compreendemos que a gestão democrática está relacionada à educação em todas as tomadas de decisão, inclusive na avaliação desses processos e resultados.

Neste sentido Vieira (2007, p. 63), destaca que [...] “a política educacional está para a gestão educacional, como a proposta pedagógica está para a gestão escolar”. Desta forma, é possível afirmar que a gestão educacional posiciona-se na esfera macro e a gestão escolar localiza-se na esfera micro. Pautada nesta concepção a autora salienta que:

⁹ Anísio Spínola Teixeira foi um dos maiores educadores brasileiros. Propagou o papel transformador da escola e da educação brasileira (VIEIRA, 2007).

¹⁰ Porém os termos eram outros, no lugar de ‘gestão’ utilizavam-se de ‘administração’.

Ambas articulam-se mutuamente, dado que a primeira justifica-se a partir da segunda. Noutras palavras, a razão de existir da gestão educacional é a escola e o trabalho que nela se realiza. A gestão escolar, por sua vez, orienta-se para assegurar aquilo que é próprio de sua finalidade – promover o ensino e a aprendizagem, viabilizando a educação como um direito de todos, conforme determina Constituição e a Lei de Diretrizes e Bases (VIEIRA, 2007, p.63).

O termo gestão democrática possibilita muitas discussões e vem ganhando grande relevância por meio de propostas de administração democrática, descentralização e participação, conforme sugere Carvalho (2008b). Um aspecto presente nas discussões acerca da Gestão Democrática é a representação de um desafio para os profissionais da educação, como desenvolver as políticas de educação no cotidiano escolar.

Santos (2011), referencia que o termo gestão democrática não aparece nas conduções das políticas públicas brasileiras por acaso. Este é concebido por meio de ideais que fazem parte da sociedade atual. Assim, é possível compreender que o termo gestão democrática está ligado aos interesses políticos da sociedade atual. Vejamos a contribuição de Bordignon e Gracindo (2002):

A gestão democrática para se constituir enquanto tal deve se amparar num paradigma emergente que tem como características básicas uma concepção dialética da realidade, o entendimento de que existe uma relação intersubjetiva entre o sujeito e o objeto do conhecimento e que entenda o homem como sujeito histórico que sofre os condicionantes da realidade atual, mas que traz consigo a capacidade histórica de nela intervir (BORDIGNON e GRACINDO, 2002 apud SANTOS, 2011 p. 2).

De acordo com Santos (2011), gestão democrática implica em processos de participação e autonomia, ocasionando descentralização dos poderes, inclusive os políticos. Assim, para que a gestão democrática seja desenvolvida na sociedade atual percebe-se que se faz necessário à descentralização de poder.

Verifica-se que a gestão democrática surge por meio de motivações políticas, econômicas e sociais, a fim de descentralizar poderes do Estado. Percebe-se que surgiu por meio de interesses políticos os quais tem o intuito

de tirar o poder dos órgãos públicos e responsabilizar os homens pelas tomadas de decisões de sua vida. Assim, o Estado assumiu a mínima responsabilidade perante a sociedade e passa esta responsabilidade aos indivíduos que se tornam responsáveis diante os sucessos ou fracassos de suas vidas.

Carvalho (2008a, p. 6-7) salienta que:

A ideia de gestão participativa/democrática pode corresponder a uma política de “privatização”, se entendida no sentido de que o Estado transfere para os consumidores o controle permanente dos serviços prestados, num sistema de parceria e cogestão.

O significado da gestão democrática se torna ineficaz, o que prevalece é uma sociedade competitiva, emergindo um regime de medidas interesseiras. A descentralização impõe novas categorias e novos termos para pensar o mundo e a sociedade, resignificando termos como qualidade, autonomia, cidadania, público, gestão democrática e participação.

Observa-se que a globalização influenciou na maneira da organização da gestão. Carvalho (2008b) é enfática ao apontar que no campo educacional ocorreu uma dissimulação do termo democracia, ele é apresentado como interesse comum a todos e na verdade são interesses individuais da sociedade moderna.

Garcia (2010) ressalta ainda que em documentos oficiais podemos encontrar belos discursos como exemplo construir uma sociedade livre e justa, erradicar a pobreza. Porém conforme a autora são discursos contraditórios quando comparados às políticas que vem sendo implementadas no país.

Verificou-se ainda que o termo gestão democrática tenha sua essência na promoção dos processos sociais por meio da participação dos envolvidos. A gestão democrática deve contribuir com a educação. No entanto, ao gerir na perspectiva da gestão democrática o seu sentido pode ser apresentado como contraditório, pois existem programas e projetos do Governo, que visam driblar as legislações ofuscando a verdadeira intenção. O Estado, por se pautar na característica da democracia, que consiste na participação de todos, responsabiliza os indivíduos e as instituições para os progressos e os retrocessos da educação.

Segundo Libâneo (2001, p. 7) “a gestão democrática-participativa valoriza a participação da comunidade escolar no processo de tomada de decisão, concebe a docência como trabalho interativo e na construção coletiva dos objetivos da escola”. Neste sentido a gestão escolar deve ser gerida no enfoque que valorize na mesma proporção tanto a democracia quanto a participação dos agentes que fazem parte da educação. A gestão a qual é defendida nesta pesquisa é a sugerida por Libâneo, a qual é denominada de gestão democrática participativa.

Libâneo (2001) sugere que a atividade coletiva depende dos objetivos comuns por meio das ações coordenadas dos agentes do processo. Compreendemos então que a atividade coletiva depende da cooperação e da participação ativa de todos os membros envolvidos na sociedade, inclusive do Estado, sendo necessário que o mesmo assuma sua responsabilidade perante a educação e em especial perante a sociedade.

3 - A ORGANIZAÇÃO DA CEPAL

O crescimento de pesquisas científicas referentes à educação vem crescendo a partir da década de 1990, em especial as direcionadas as agências internacionais. Tornou-se alvo de interesse aos pesquisadores, contribuir com estudos que venham facilitar à compreensão da sociedade, ao que se refere à economia do país. Portanto este capítulo buscará analisar e apresentar de forma objetiva o que é a CEPAL e sua função perante a educação brasileira.

A CEPAL foi criada no dia 25 de Fevereiro no ano de 1948, pelo Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), e tem sua sede em Santiago no Chile. O escritório oficial da CEPAL situado em Brasília define que CEPAL é uma das cinco comissões econômicas regionais das Organizações das Nações Unidas (ONU). Foi criada para monitorar as políticas direcionadas à promoção do desenvolvimento econômico da região latino-americana, assessorar as ações encaminhadas para sua promoção e contribuir para reforçar as relações econômicas dos países da área, tanto entre si como com as demais nações do mundo. Posteriormente, seu trabalho ampliou-se para os países do Caribe e se incorporou o objetivo de promover o desenvolvimento social e sustentável.

Em 1996, os governos-membros atualizaram sua missão institucional, estabelecendo que a Comissão deva desempenhar-se como centro de excelência, encarregada de colaborar com seus Estados-membros na análise integral dos processos de desenvolvimento. Esta missão inclui a formulação, seguimento e avaliação de políticas públicas e a prestação de serviços operativos nos campos da informação especializada, assessoramento, capacitação e apoio à cooperação e coordenação regional e internacional.

Todos os países da América Latina e do Caribe são membros da CEPAL, junto com algumas nações desenvolvidas, tanto da América do Norte como da Europa, que mantêm fortes vínculos históricos, econômicos e culturais com a região. No total, os Estados-membros da Comissão são 44¹¹ e 8¹²

¹¹ Os Estados-membros são: Alemanha, Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belize, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Dominica, Equador, El Salvador,

membros associados, condição jurídica acordada para alguns territórios não independentes do Caribe.

A CEPAL convoca representantes técnicos e de nível ministerial procedentes de seus Estados-membros, para debater temas substantivos relacionados com o desenvolvimento econômico e social da região, examinar as atividades realizadas pela Comissão no biênio anterior e fixar as prioridades de seu Programa de Trabalho para o biênio seguinte. Essas reuniões conformam o denominado Período de Sessões da CEPAL, que ocorre cada vez em um país-membro distinto, atuando como anfitrião.

A Secretaria da CEPAL é formada por uma equipe de funcionários que, junto com alguns consultores, têm a responsabilidade de desenvolver o Programa de Trabalho do Sistema CEPAL, sob a direção de um Secretário Executivo. Desde julho de 2008, a Secretária Executiva da CEPAL é a mexicana Alicia Bárcena.

O Programa de Trabalho é realizado através das seguintes divisões, unidades e serviços: Divisão de Desenvolvimento Econômico; Divisão de Desenvolvimento Social; Divisão de Desenvolvimento Produtivo e Empresarial; Divisão de Desenvolvimento Sustentável e Assentamentos Humanos; Divisão de Recursos Naturais e Infra-Estrutura; Divisão de Estatística e Projeções Econômicas; Divisão de População e Desenvolvimento; Divisão de Comércio Internacional e Integração; Divisão de Planejamento Econômico e Social (ILPES); Unidade da Mulher e Desenvolvimento; Unidade de Estudos Especiais; Unidade de Recursos Naturais e Energia; Unidade de Transporte; Unidade de Serviços de Informação; Biblioteca; Sedes Sub-regionais e Escritórios Nacionais.

A CEPAL tem duas Sedes Sub-regionais, uma para a América Central, localizada no México, DF, e a outra para o Caribe, localizada em Porto

Espanha, Estados Unidos da América, França, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Itália, Jamaica, Japão, México, Nicarágua, Países Baixos, Panamá, Paraguai, Peru, Portugal, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, República Dominicana, República da Coreia, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Granadinas, Suriname, Trinidad e Tobago, Uruguai e Venezuela.

¹² Os Países-membros associados são: Anguilla, Antilhas Holandesas, Aruba, Ilhas Virgens Britânicas, Ilhas Virgens dos Estados Unidos, Montserrat, Porto Rico, Ilhas Turcas e Caicos.

Espanha, Trinidad e Tobago. Possui cinco escritórios nacionais: em Brasília, em Bogotá, em Buenos Aires, em Montevideu e em Washington.

Desde os seus primórdios, a CEPAL tem buscado promover o desenvolvimento econômico e social e a cooperação entre os países, mediante vários trabalhos que, sem ignorar as contribuições genéricas da análise econômica, contemplam as características particulares e os problemas específicos das nações da América Latina e do Caribe.

Nos anos recentes a CEPAL tem-se dedicado particularmente ao estudo dos desafios que propõe a necessidade de retomar o caminho do crescimento sustentado, assim como a consolidação de sociedades plurais e democráticas. No marco da proposta geral, conhecida como transformação produtiva com equidade, foram consideradas questões tais como o papel da política social; o tratamento dos aspectos ambientais e demográficos e a estratégia educativa; a necessidade do progresso técnico para inserir-se de maneira competitiva no âmbito global, consolidar a estabilidade das economias da região e dinamizar seu processo de expansão.

3.1 - A proposta da CEPAL para a educação

A análise diante da proposta que a Cepal apresenta para a educação será realizada tendo como principal objetivo refletir sobre os desafios da democratização no período de 1990. Compreende-se que o parecer para a educação é composto por características como a valorização de ideias novas, difusão de conhecimento e a promoção da equidade.

O fim da década de 1980 foi marcado com o início da democratização e da universalização no país. Deste modo, fez com que a década de 1990 fosse alvo de novos ideais como a equidade, focalização, privatização e a descentralização. De acordo com a CEPAL (1995), várias nações obtiveram resultado positivo na transição do militarismo para a democracia, pois emergia formas criativas de cooperação.

É válido considerar a orientação da CEPAL (1995, p. 28) referente à democratização.

A democratização enfrenta a difícil missão de compatibilizar a ordem pública, o respeito aos direitos humanos e a redução da distância entre realidades e aspirações. Considerando que estas últimas dificilmente podem ser controladas, a tarefa consiste em promover uma transformação produtiva que favoreça a inserção externa, promova a equidade e, por esse caminho, propicie maior integração social.

O documento valoriza a inserção das agências internacionais como gerenciadoras da educação. Nota-se ainda que o documento apresenta que por meio da educação é possível garantir a equidade a todas as pessoas.

3.2 - O que é posto para educação como formas de gestão de acordo com o documento da CEPAL

O objetivo deste capítulo é de contribuir para a análise das formas de gestão incentivadas no documento da CEPAL. Apresenta-se, desta forma, como a gestão é estruturada e gerida no país, tendo como princípio analisar como se efetiva, as relações entre as transformações sociais e a educação de acordo com a gestão que o documento apresenta.

Observa-se segundo a CEPAL (1995, p. 139),

O objetivo deste capítulo é apresentar um esboço das contribuições da análise da gestão empresarial, das visões prospectivas e da teoria econômica. Esses avanços conceituais, os planos e políticas que delas originam-se podem servir de instrumentos para a concepção de medidas que permitam potencializar o efeito da produção de conhecimentos sobre a dinâmica do crescimento econômico da América Latina e Caribe.

Nota-se que o capítulo IV Tecnologia, Educação e Desenvolvimento do documento da Cepal apresenta uma forma de gestão, consistindo na gestão empresarial, a qual gerencia a educação brasileira. Proporcionando como principal objetivo produzir o conhecimento, por meio da teoria econômica.

De acordo com a CEPAL (1995, p. 155) [...] “Uma economia na qual o conhecimento chegou a ser o principal recurso gerador de riqueza coloca as

instituições educacionais novas e exigentes demandas de eficácia e responsabilidade” [...]. Verifica-se que a aquisição do conhecimento por meio de uma gestão empresarial, é um instrumento gerador de riqueza. Neste sentido o objetivo do conhecimento é proporcionar riqueza aos indivíduos.

Tendo em vista uma educação que possa promover e possibilitar conhecimento para aquisição de bens e riquezas, vejamos o que o documento contribui a respeito do papel do Estado perante o financiamento da educação (CEPAL, 1995. p. 190-191):

O estado deve abandonar o raciocínio segundo o qual lhe cabe exclusivamente (ou quase exclusivamente) financiar o custo da atividade educacional, de capacitação e de pesquisa e desenvolvimento, e partir em busca de fontes alternativas para cada sistema e função, com participação crescente de recursos privados. O financiamento do triângulo necessário deve ser uma preocupação comum do estado, empresas e demais usuários.

É possível compreender que o documento apresenta ser necessária a descentralização do Estado, diante o financiamento da educação, ressaltando ainda que o financiamento da educação deve ser preocupação de todos os usuários e não apenas do Estado.

Neste sentido compreendemos que,

[...] trata-se de abandonar a prioridade tácita ou explicitamente atribuída à oferta de educação, capacitação e conhecimentos surgidos em atividades de pesquisa e desenvolvimento, para que em seu lugar surja a proeminência da demanda e seus meios de expressão: as necessidades do desenvolvimento, os usuários, os mercados de trabalho, as empresas que utilizam conhecimentos etc. O que pressupõe também que se adote um enfoque econômico- não economicista- do conhecimento, em vez de visão estamental da cultura e seus conteúdos (CEPAL, 1995. P. 191).

A oferta à educação passa a ser vista na gestão empresarial, como um enfoque econômico, a qual a privatização da mesma seja interesses políticos. Ocasionalmente, desta forma, economia ao Estado, pois o financiamento da educação e suas responsabilidades são divididas com a sociedade.

3.3 - Diretrizes para a educação segundo a CEPAL

Procura-se nesta parte da pesquisa apresentar as diretrizes que norteiam as orientações educacionais por meio de uma análise no documento da Cepal. Por meio desta análise será possível averiguar as finalidades destas diretrizes perante a educação, em especial a educação brasileira. Nesse sentido, vale ressaltar que um dos princípios básicos que o documento apresenta é de “[...] Transformar a educação, de maneira a permitir que se alcancem simultaneamente dois objetivos: a moderna cidadania e a competitividade internacional dos países da América Latina e Caribe [...]” (CEPAL, 1995. p.198).

As políticas propostas no documento da CEPAL (1995) seguem dois critérios: equidade e do desempenho. O primeiro apresenta igualdade nas oportunidades. Já o segundo, sugere metas que se devem alcançar, compreendendo que as propostas apresentam duas finalidades: integração e descentralização.

Nesta perspectiva, o documento indica que

Para que a educação realmente sirva a busca dos objetivos de competitividade e cidadania é necessário, dada à magnitude e as características da estratégia, utilizar tecnologias novas cuja assimilação supõe, além de apreciável capacidade social de absorção, também sua aceitação. (CEPAL, 1995. p. 204).

O documento apresenta que para que a educação atinja objetivos materializados na gestão empresarial, é necessário que a mesma seja transformada e se adeque a proposta que a CEPAL proporciona. Sendo assim é necessário que a gestão educacional se reorganize e reestruture-se, a fim de visar à descentralização de elementos que compõem a estrutura educacional.

É possível notar que o documento apresenta ideias conflitantes diante a forma que a gestão empresarial trata a integração da educação. Segundo o documento “[...] A coordenação deve promover progressiva compensação dos desníveis, em atenção à função integradora da educação [...]” (CEPAL, 1995. p. 213). Porém é possível advertir que quando algo é compensado, logo à distinção do mesmo é concretizada. Portanto quando se algo é compensado, é possível afirma que não há possibilidade de acontecer integridade do mesmo.

Neste sentido, pode-se afirmar que não há como promover compensação da educação e ao mesmo tempo promover a integração da mesma.

Averigua-se que o documento analisado apresenta políticas que busca favorecer estratégias econômicas as quais visam a competitividade, por meio de uma gestão empresarial que busca promover a equidade e o desempenho diante a educação.

4 - MODELO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ORIENTAÇÃO DA CEPAL

Sabemos que o termo gestão democrática ganhou destaque após a década de 1990, se consolidando na educação brasileira como uma nova forma de gerir a educação. Neste sentido as agências internacionais passaram a financiar a educação, em especial destacaremos uma delas, a CEPAL que atualmente promove o desenvolvimento educacional no país. Procuraremos apresentar de forma clara e objetiva qual é o modelo de gestão democrática que a Cepal orienta que seja exercido na educação brasileira, em especial em escolas e instituições de ensino.

As discussões acerca das reformas no sistema educacional passaram a ser comunicadas a sociedade brasileira a partir da década de 1990, pautando-se na política de governo neoliberal. De acordo com BERTOLLETI (2009), O neoliberalismo apresenta um ideal que defende uma menor regulação por parte do Estado, tendo como objetivo a consolidação do estado mínimo. O neoliberalismo é [...] “uma corrente de pensamento e uma ideologia, isto é, uma forma de ver e julgar o mundo social [...]” (MORAES, 2001 P. 10).

Moraes (2001, p. 10-11), salienta a respeito do neoliberalismo que:

[...] de modo semelhante, é a ideologia do capitalismo na era da máxima financeirização da riqueza, a era da riqueza líquida, a era do capital volátil- é um ataque as formas de regulação econômica do século XX, como o socialismo, o Keynesianismo, o Estado de bem-estar, o terceiro-mundismo e o desenvolvimento latino americano.

Verifica-se que um governo neoliberal tem como objetivo gerar riqueza, por meio da economia do país. Sendo assim, a privatização e o Estado mínimo favorecem o governo neoliberal, pois proporciona riqueza ao país. Carvalho (2010) sugere o que pode ser caracterizado como Estado mínimo:

Quando o Estado abandona seu papel Keynesiano, ou seja, de provedor, a emergência de novas e múltiplas associações voluntárias abre possibilidades para que ele possa enfrentar os problemas das áreas sociais, econômicas e ambientais. À medida que o Estado, em crise, restringe os gastos e se exime da solução direta dos problemas sociais, seja ofertando serviços

seja promovendo políticas públicas, ele estimula a reorganização da sociedade civil e a criação de um grande número de instituições de âmbito privado que atuam como prestadores de serviço público, entre as quais se incluem as ONGs (CARVALHO, 2010 p. 39).

O Estado aparece como mínimo, se restringe aos gastos destinados à educação e se exime da solução direta dos problemas sociais, seja ofertando serviços, seja promovendo políticas públicas. Estimula a reorganização da sociedade civil e a criação de Organizações não Governamentais.

Rizzo (2010) ainda salienta que no governo neoliberal:

O Estado deixava cada vez mais de ser o grande ator, e as pessoas - os seres concretos que lutavam nas guerras, que emigravam que destruíam o patrimônio comum da humanidade, que reagiam a essa destruição, e aqueles que organizavam em movimentos minoritários, tornando importante agente do sistema internacional. Os problemas ecológicos, os direitos humanos, equidade e a liberdade eram problemas coletivos em um mundo em que todos os sujeitos deveriam ser responsáveis pela paz. Uma vez que os estados não estavam em guerra, se o mundo sofria com esses problemas é porque eles eram fruto dos conflitos emergentes dos próprios atores individuais e não das estruturas políticas clássicas” (RIZO, 2010. P, 64-65).

De acordo com Rizo (2010), o ideal seria construir um pensamento social que possa ser um guia para a ação concreta que envolva todos os seres humanos em prol de si mesmos e de seu planeta. Para a autora a pretensão das diretrizes educacionais, é formar sujeitos capazes de compreender o mundo em sua pluralidade, vivenciar sua identidade cultural e valorizarem-se a si mesmos como sujeitos das próprias vidas. A educação deve estabelecer metas para a possível superação dos problemas presentes na sociedade, ficando a responsabilidade que seria ao Estado nas mãos da educação, mais específico nas instituições de ensino.

Partindo deste pressuposto, um governo neoliberal no qual o Estado é caracterizado como mínimo, pode ser observado na proposta de atuação da Cepal por meio da gestão democrática para a educação brasileira. A democratização dos anos 1990 segundo o documento da (CEPAL 1995 p. 23) “ [...] o processo de democratização atualmente em curso na região enfrenta,

entre outros, dois grandes desafios: o crescente distanciamento entre as aspirações sociais e a realidade [...].

A proposta da CEPAL referente à educação e a forma de gestão democrática estando direcionada para os anos 1990 oferece 5 sugestões com o objetivo que seja seguida nas instituições escolares. As propostas são as seguintes: mobilização interna imprescindível, indelegável, inadiável; competitividade e igualdade num contexto de conversação ambiental; recursos humanos e difusão do progresso técnico; readequação do estado e apoio externo à transformação produtiva com equidade.

4.1 - Mobilização interna imprescindível, indelegável, inadiável

De acordo com a CEPAL (1995) se faz necessário promover acordos nacionais que aprovelem as contemporâneas condições, tanto no âmbito nacional quanto no âmbito internacional e também no âmbito interno e externo.

Para isso é preciso mobilizar recursos internos que viabilizam as metas de transformação produtiva e de equidade. Implica também apoiar as diversas modalidades de cooperação e de integração regional capazes de contribuir para este fim (CEPAL, 1995. p. 37).

Compreendessemos que para a Cepal as condições devem ser favoráveis a todos e para que a transformação seja alcançada é preciso que os recursos internos possibilitem finalidades que promovam produtividade e equidade, que devem ser alcançadas por meio da integração social de todos.

4.2 - Competitividade e igualdade num contexto de conversação ambiental

É válido salientar que de acordo com a CEPAL (1995) os termos competitividade e igualdade são importantes por igual, sendo, desta forma, preciso que estes estejam interligados um ao outro, para que o contexto de conservação ambiental possa existir. Nota-se no documento os seguintes dizeres (CEPAL, 1995. p.38).

A competitividade que conduz a elevação do nível de vida baseia-se no aumento da produtividade e na incorporação e difusão do progresso técnico. Por seu caráter sistêmico, requer grau adequado de coesão e equidade. Esta, por sua vez, num mundo que tende a acrescentar a homogeneização, difusão e convergência de aspirações ao acesso a bens e serviços modernos, não se sustenta se os países não conseguem chegar a uma competitividade autêntica.

Portanto, a competitividade de acordo com o documento promove a produtividade e o progresso. O documento é claro ao dizer que sem competitividade não é possível que o país seja difusor de acesso, bens e serviços. Percebemos que com estes dizeres a Cepal objetiva que seja acatada suas diretrizes. Porém se faz necessário questionar: Para que o país tenha acesso aos conhecimentos e saberes é necessário que seja por meio de competitividade?

Esta competitividade aplicada no modo capitalista de governar pode prejudicar a sociedade. Notemos imediatamente que a Cepal defende e apoia a exploração e o aproveitamento de recursos nacionais, considerando esta prática crescimento futuro da atividade econômica (CEPAL, 1995). Certamente esta prática vista como progresso ao país por gerar lucro à economia, no entanto é prejudicial ao país, pois promovem a exploração de suas riquezas naturais, as quais deveriam ser conservadas e não exploradas meramente por gerar lucros e riquezas econômicas.

4.3 - Readequação do Estado

Entre as sugestões da Cepal uma é imprescindível, pois faz com que evoluam os países da América Latina e Caribe, se faz necessário que o Estado seja diferente daquele que existe hoje (CEPAL, 1995). A Cepal propõe readequar o Estado, fazendo com que seja visto com “novo”.

Este “novo” estado deve apoiar-se a base empresarial erguida nos períodos anteriores, para que exerça plenamente suas responsabilidades no âmbito produtivo, e ademais disso promover a geração de níveis internacionais de competitividade, ao mesmo tempo em que busca estabelecer maior grau de igualdade entre os cidadãos função de compensatória do estado. (CEPAL, 1995. p. 38-39).

É necessário atentarmos a última frase desta citação, a que diz o Estado assume função compensatória, ou seja, é necessário que alguma coisa seja compensado, pois sozinho não consegue realizar sua função. O Estado não consegue proporcionar uma educação de qualidade, conforme atentamos no documento da Cepal ele soluciona esta lacuna com a promoção da competitividade. O Estado da atualidade é mínimo de suas responsabilidades.

4.4 - Apoio externo a transformação produtiva com equidade

Independente do apoio interno que a sociedade venha ofertar é válido salientar que a transformação produtiva com equidade só será atingida com o apoio externo, ou seja, do apoio internacional. Apoio este em especial nas relações comerciais e de acesso à tecnologia e mobilização de recursos financeiros (CEPAL, 1995).

É importante destacar que em relação aos recursos financeiros “[...] a dívida externa ainda é um grande obstáculo a retardar o desenvolvimento [...]” (CEPAL, 1995. p. 39). O progresso está acontecendo, porém devido à grande dívida internacional ocasionada há anos atrás gera um atraso no desenvolvimento, encontramos no documento que é necessário dispor de maior margem para impulsionar a transformação produtiva.

[...] é importante ressaltar que os progressos obtidos na solução dos problemas ligados a dívida externa complementam, mas não substituem a responsabilidade e a decisão internas [...] (CEPAL, 1995. p. 39).

4.5 - O que é equidade de acordo com a CEPAL

No decorrer da pesquisa uma palavra foi muito mencionada, porém o significado pouco foi explorado, desta forma propusemos averiguar o que é equidade. Sabemos que o objetivo do documento analisado Educação e conhecimento: eixo da transformação com equidade da Cepal tem como princípio a transformação produtiva com equidade. De acordo com a CEPAL

(1995) só será possível à transformação produtiva com equidade quando for dado a todos os cidadãos oportunidades para participar democraticamente da sua construção.

Desta forma é possível verificar que a gestão democrática deve ser baseada na equidade segundo o documento da Cepal, o documento traz que é por meio da competitividade que o progresso é alcançado. Vejamos o que encontramos no documento (CEPAL, 1995, p. 3).

[...] A incorporação e difusão – deliberada e sistemática- do progresso técnico é a força impulsionadora da transformação produtiva e de sua compatibilização com equidade e democracia. E nela se percebe claramente a diferença que separa a competitividade internacional que permite elevar o nível de vida da população, mediante ganhos de produtividade [...].

Em presença da discussão, se faz necessário compreender o que seja equidade. Equidade é compreendida por ser o uso da imparcialidade ao reconhecimento do direito que cada ser humano possui. Sendo assim a gestão democrática a qual deve ser gerida seguindo as diretrizes da Cepal, tem como objetivo alcançar o progresso por meio da competitividade e a imparcialidade ao direito do ser humano.

Embora o documento ressalte a necessidade de mudanças no cenário educativo, por meio de ações que visem o desenvolvimento produtivo com equidade, suas diretrizes partem de uma proposta pautada na economia e no desenvolvimento do mercado. Neste aspecto, a educação assume um caráter mercadológico e com finalidades produtivas. Ao se basear na teoria do desenvolvimento capitalista, a educação passa a assumir um caráter voltado para as estratégias de competitividade, individualismo e de rentabilidade, que podem ser observadas nas propostas de descentralização e nas diretrizes do documento da CEPAL (BERTOLLETI, 2009, p. 5220).

Encontramos uma fala contraditória do documento da Cepal, pois se o documento valoriza uma gestão democrática que tenha como princípio a equidade, a qual é entendida por valorizar o direito do indivíduo, este mesmo documento não pode valorizar como objetivo principal a competitividade como

base para o progresso, pois ambos objetivos se divergem e possuem finalidade completamente diferenciada uma da outra.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em presença da análise realizada, observa-se que a gestão democrática implantada no período de 1990, em especial no Brasil, vem sendo gerida nas instituições de ensino com um enfoque neoliberal. Foi possível analisar que diante o documento *Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade*, produzido pela Cepal no ano de 1995 sugere uma educação a qual deve ser conduzida por uma perspectiva que visa à competitividade. Valorizando ainda a descentralização das obrigações do Estado perante a sociedade.

Observou ainda que a descentralização do Estado a qual é sugerida no documento da Cepal tem como objetivo gerar riquezas e diminuir gastos. Esta descentralização não está ligada à melhor qualidade no ensino e sim às políticas lucrativas de uma visão neoliberal.

Concluimos que as agências internacionais em especial o documento analisado produzido pela Cepal em 1995 prioriza aspectos financeiros e administrativos, faz parte do governo neoliberal que defende a descentralização do Estado e dos poderes. A descentralização é uma maneira a qual o Estado encontrou para modificar a políticas, a economia e a cultura.

Por fim, cada vez mais, a política pública voltada para a gestão da educação vem sendo alvo de pesquisa. Todavia, o número de publicações referenciando a temática abordada ainda é restrito, indicando a necessidade de mais pesquisas que possam enriquecer a temática. Portanto, as reflexões presentes nesta pesquisa não esgotam o tema em questão, ao contrário, incrementam a necessidade de que novos estudos e pesquisas no que diz respeito ao papel que as agências internacionais desenvolvem na educação, em especial, a educação brasileira.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. p. 9-23.
- BERTOLLETI, Vanessa Alves. Políticas para o ensino superior pós anos 1990: considerações sobre os conceitos de descentralização e autonomia na perspectiva da CEPAL e UNESCO. IN: IX congresso nacional de educação - EDUCERE e III encontro sul brasileiro de psicopedagogia - ESBPS, 2009, Curitiba. Anais IX congresso nacional de educação - EDUCERE e III encontro sul brasileiro de psicopedagogia - ESBPS, 2009.
- BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Legislação, Brasília, DF, dez. 1996.
- CARVALHO, Elma. Júlia. Gonçalves de. Autonomia da gestão escolar: uma relação entre a política de democratização e privatização da educação. **Teoria e Prática da Educação**, Maringá, v. 11, p. 1-16, 2008.
- CARVALHO, Elma. Júlia. Gonçalves de. Mudanças no mundo do trabalho e na gestão da educação. In: SEMINÁRIO DO TRABALHO, 6., 2008, Marília. Trabalho, Economia e Educação no Século XXI, 2008, p.1-15.
- CEPAL e UNESCO. **Educação e conhecimento: eixo de transformação produtiva com equidade**. Brasília: IPEA/CEPAL/INEP, 1995.
- DELORS, J. **Educação: um tesouro a descobrir**. Brasília, DF: UNESCO, 2011. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI.
- DEMO, Pedro. **Metodologia do conhecimento científico**. São Paulo: Atlas, 2000.
- GARCIA, Manuela Alves. Políticas educacionais contemporâneas: tecnologias, imaginários e regimes éticos. **Revista Brasileira de Educação**. [online], v. 15, n. 45, p. 445-455, 2010.
- LIBÂNEO, José Carlos. O sistema de organização e gestão escolar. In: LIBÂNEO, José Carlos. **Organizações e Gestão da Escola- teoria e prática**. 4. ed. Goiânia: Alternativa, 2001. p. 1-7.

MAZZOTA, Marcos José Da Silveira. Identidade dos alunos com necessidades educacionais especiais no contexto da política educacional brasileira. In: Revista de Educação da Universidade Federal Fluminense. **Educação Especial e Inclusiva**, Niteroi, n. 7, p. 11-18, maio, 2003.

MORAES, Reginaldo. **Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai?** São Paulo: Editora Senac, 2001.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001.

RIZO, Gabriela. Relatório Delors: A educação para o século XXI. In: CARVALHO, Elma Júlia Gonçalves de; FAUSTINO, Rosangela Célia. (Orgs). **Educação e Diversidade Cultural**. Maringá: Eduem, 2010. p. 55- 84.

SANTOS, Ana Lúcia Felix dos. Gestão democrática da escola: bases epistemológicas, políticas e pedagógicas. In: ALFREDO, Macedo Gomes (Org.). **Políticas Públicas e Gestão da Educação. Políticas Públicas e Gestão da Educação**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011. v. 05, p. 1-16.

SAVIANI, Demerval. Trabalho didático e história da educação: enfoque histórico-pedagógico. In: BRITO, Silvia H. A.; CENTENO, Carla V.; LOMBARDI, José C.; SAVIANI, Demerval. (Org.). **A organização do trabalho didático na história da educação**. Campinas: Autores Associados, 2010. v. 1, p. 11-38.

SILVA, Jani Alves da. A gestão e o financiamento da educação no Brasil: uma análise das orientações políticas da UNESCO. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, Curitiba, v. 6, p. 28-45, 2011.

TOLEDO, César de Alencar Arnaut de; RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano. Apontamentos sobre o princípio da gestão democrática na educação brasileira. In: LARA, Angela Mara de Barros. **Gestão Educacional**. 21. ed. Maringá: Eduem, 2011. p. 15-30.

VIEIRA, Sofia. Lerche . Política(s) e gestão da educação básica: revisitando conceitos simples. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Recife, v. 23, p. 53-69, 2007.